



Perfil dos imigrantes em Portugal: dos países de origem às regiões de destino

Conceição Rego
mcpr@uevora.pt
Departamento de
Economia & CEFAE
U. Évora

Maria Filomena Mendes
mmendes@uevora.pt
Departamento de
Sociologia & CIDEHUS
U.Évora

José Rebelo
jrebelo@esce.ips.pt
Escola Superior de
Ciências
Empresariais
Instituto Politécnico
de Setúbal

Graça Magalhães
U. Évora
(doutoranda)

Resumo

Portugal, tradicionalmente país de emigração, conheceu nas últimas décadas uma nova realidade de fluxos regulares e relativamente intensos de imigrantes. Estes indivíduos provenientes do Brasil, da Europa Central e do Leste, e de África, possuem características diferenciadas e deslocam-se para Portugal também com motivações diversificadas. Com este estudo propomo-nos identificar as características – o perfil, em termos de sexo, idade e país de origem - dos indivíduos que se deslocaram para o nosso País integrados num processo migratório, em função das diferentes regiões de destino em Portugal. Além disso, pretendemos verificar a existência de similitudes, ao nível do perfil dos imigrantes, em função dos respectivos países de origem.

Palavras-chave: Características dos imigrantes, Movimentos migratórios, Territórios de acolhimento

1. Introdução

Portugal, tradicionalmente país de emigração para os mais diversos destinos geográficos, conheceu nas últimas décadas uma nova realidade de fluxos regulares e relativamente intensos de imigrantes. Entendemos por movimentos migratórios ou migrações, as deslocações no espaço de grupos de pessoas, durante um determinado período de tempo. Estes grupos podem ser mais ou menos numerosos, as permanências podem apresentar uma duração variada, os trajectos serão também mais ou menos longos, e os motivos diversificados. Além disso, os efeitos não são negligenciáveis, quer nos países de origem, quer nas regiões de destino.

Se no século XX o grande desafio demográfico esteve relacionado com a explosão demográfica à escala global, o século XXI deverá ser marcado, em termos populacionais pelos desafios das migrações e do envelhecimento (Le Bras, 2000). De acordo com vários especialistas, o século XXI poderá vir a ser o período das grandes migrações internacionais, ainda que eventualmente o volume dos fluxos possa não vir a ter uma dimensão equivalente à registada no final do século XIX e início do século XX. De um modo geral, estima-se que na actualidade as taxas de migração sejam cerca de 10 vezes inferiores ao verificado no início do século. De acordo com Le Bras, a causa para este abrandamento está relacionada com as migrações pendulares. Ao contrário do que se poderia pensar, o desenvolvimento dos transportes e respectivas redes não promoveu a emigração permanente: a rapidez e a diminuição dos custos de circulação permitiram deslocações com mais regularidade. Paralelamente, as políticas de controlo da emigração também tiveram um papel importante nesta limitação. Cassel e Miller, na obra *The Edge of migration* (citados em Le Bras, 2000:68) definem as migrações actuais como sendo caracterizadas por 4 questões fundamentais: a globalização (diversificação dos países de emigração e do espectro social dos emigrantes), a sua aceleração, a diferenciação (trabalhadores temporários devem andar a par com povoações permanentes) e a ‘feminização’ do problema. Le Bras explica que a diminuição do volume das migrações associa-se a alteração na respectiva estrutura: às tradicionais migrações sul-norte, sucedem-se deslocações de população norte-norte e sul-sul. No caso das migrações norte-norte, estão relacionadas com a mundialização e ainda que débeis, desenvolvem-se ao ritmo da procura internacional de quadros técnicos e especialistas pelas grandes empresas transnacionais. As migrações sul-sul, por seu turno resultam da pobreza do sub-desenvolvimento que continua a assolar determinadas regiões no mundo, sendo de admitir que as mesmas se possam atenuar, ao longo do século XXI, à medida que estes países melhorarem os seus níveis de desenvolvimento.

Como podemos constatar neste estudo, os indivíduos que recentemente se têm dirigido a Portugal são provenientes, fundamentalmente, da Europa Central e do Leste, da América do Sul (Brasil) ou de África; possuem características diferenciadas e deslocam-se também com motivações diversas. Como a bibliografia nesta área refere, de forma consensual, os motivos para a existência de fluxos migratórios estão associados às características da região de origem dos indivíduos bem como das zonas de destino, e

ainda aos obstáculos que se interpõem neste processo e aos inevitáveis factores de ordem pessoal.

As deslocações populacionais, quer no caso das migrações internas, quer no caso das migrações internacionais, estão, normalmente ligados a contextos socioeconómicos e ao mercado de trabalho, que surge simultaneamente com a alteração de residência. As populações migram para regiões (regiões de atracção populacional) em que existem mais e melhores oportunidades de trabalho. Migram por razões familiares (por exemplo, o casamento), para fugir de uma guerra, de uma crise económica, da pobreza, de perseguição política. Migram para ter mais saúde. Migram para fugir às catástrofes (por exemplo, ecológicas, naturais). Partem, sobretudo, em busca de melhores condições de vida (Matos, 1993). Noutros casos, a causa da migração pode ter por base a coacção social, por exemplo, a tentativa de aproximação de amigos ou de familiares que já migraram. De acordo com Jansen (1969), citado em Peixoto (2004): *“A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema económico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afectados pela migração e, em contrapartida, afectam o migrante”*.

São efectivamente bem diversas as motivações para empreender o percurso da emigração. Peixoto (2004: 12) sintetiza na tabela 1 as principais teorias explicativas para o fenómeno migratório.

Tabela 1. Síntese dos modelos explicativos das migrações



A ANÁLISE DAS MIGRAÇÕES - UM MODELO DE INVESTIGAÇÃO

		Objecto	
		<i>economia</i>	<i>sociologia</i>
Perspectiva metodológica	<i>individualista</i>	Racionalidade Instrumental / Mercado de Trabalho / Rendimentos / Investimento em Capital Humano	Ciclo de Vida / Carreira / Mobilidade Social / Acção Não Instrumental
	<i>holista</i>	Mercado de Trabalho Segmentado / Flexibilização / Sistemas Espaciais / Sistemas-Mundo / Sistemas Migratórios	Família / Instituições / Organizações / Redes Migratórias / Enclaves Étnicos / Normas e Imagens Colectivas

Fonte: Peixoto, 2004: 12.

A tomada de decisão de emigrar não é, em regra, isenta de custos: mudar de uma região (país) para outra (outro) implica um conjunto de custos tanto mais elevados para os indivíduos e/ou para as famílias quanto maior a distância entre ambas. E o afastamento não assume apenas características físicas, mas também culturais e psicológicas (Polèse, 1998: 173). Para que os indivíduos assumam a decisão de emigrar é necessário que os benefícios esperados no futuro – e descontados os custos que tenham de vir a ser assumidos – sejam positivos. Polèse (1998: 173-174) explica de que modo os processos migratórios estão associados ao funcionamento dos mercados de trabalho e, em particular, às diferenças salariais praticadas, dando origem a processos migratórios com origem nas regiões onde os níveis de remuneração são mais baixos em direcção aquelas onde os salários praticados são mais elevados. De acordo com a teoria económica clássica este processo de deslocação factorial apenas terminaria no momento em que – em duas regiões (países) em causa – os níveis salariais se equilibrassem. Ora, na realidade o que acontece é precisamente que as migrações terminam ou diminuem ainda que prevaleçam diferenças de remunerações nos mercados de trabalho, ou seja, antes dos chamados ‘mecanismos de mercado’ terem tido capacidade para promover o equilíbrio global, persistindo as disparidades inicialmente verificadas. A análise custo-benefício que os indivíduos adoptam está na origem da permanência das disparidades entre mercados e entre territórios.

Neste estudo, adoptaremos como pressuposto, com base na vertente individualista, as características associadas à racionalidade inerente ao processo de tomada de decisão de emigrar, bem como ao funcionamento do mercado de trabalho e, consequentemente à

perspectiva de melhorar os rendimentos. Assim, assumimos o carácter ‘selectivo’ associado ao processo migratório (Polèse, 1998): como se sabe, quem migra são os indivíduos mais novos e os mais aptos, os que têm maior capacidade para enfrentar desafios, sendo que, com essa decisão, acentuam e agravam as assimetrias territoriais. Considerando, genericamente, que os fluxos migratórios se deslocam de regiões menos desenvolvidas para outras com níveis de bem-estar mais significativos, então os processos migratórios vão estimular o desenvolvimento das regiões de acolhimento e acentuar as dificuldades nas regiões/países de origem.

Já afirmámos anteriormente que pelo facto das migrações assumirem a característica da selectividade significa que a população que parte não tem as mesmas características do conjunto global da população. De acordo com Polèse (1998) a selecção tem lugar no momento da decisão de partir e pode verificar-se através de diversos indicadores. Por um lado, a **estrutura etária** dos emigrantes deverá ser diferente do conjunto da população. A maior juventude dos emigrantes – grupos populacionais tradicionalmente menos avessos ao risco – provoca alterações nas estruturas demográficas das zonas de origem e de destino: faz diminuir a taxa de dependência nas regiões de chegada e aumenta-a nas regiões de origem. Esta alteração também provocará alterações no nível de disparidades dos rendimentos entre ambas as regiões (países), na medida em que na região de acolhimento vai aumentar a proporção de população que trabalha, e aumenta a dependência social e económica nas regiões de partida.

Em segundo lugar, a tomada de decisão de emigrar implica um esforço (custo), logo os primeiros a fazê-lo não serão os indivíduos mais pobres. Pelo contrário, o desejo de **rentabilizar os ganhos da emigração** é potenciado de forma mais acentuada pelos indivíduos que têm expectativas de que os seus atributos possam ser rentabilizados de melhor forma na região de destino, em particular se possuírem bons níveis de qualificação, escolar ou profissional. As população migrantes são, em geral, mais jovens, mais escolarizadas, mais dinâmicas e mais empreendedoras do que as populações sedentárias. Estas características dos processos migratórios contribuem para acentuar os desequilíbrios territoriais, alimentando as tradicionais dicotomias associadas aos fenómenos de causalidade circular e cumulativa: territórios sem dinâmicas económicas e produtivas significativas e que não apresentem perspectivas de melhorias das condições de vida para os seus habitantes ver-se-ão na esteira de processos

emigratórios que, por seu turno, acentuarão os problemas da debilidade da procura e da sustentabilidade das diversas actividades económicas e, consequentemente, que tenderão a ver aumentados os seus níveis de dependência com populações mais idosas e menos qualificadas. Ao contrário, os territórios mais atractivos, que transmitem perspectivas associadas à existência de um nível mais elevado de qualidade de vida e de melhores condições de trabalho, ao atraírem mais jovens e com maiores níveis de qualificação tendem a alargar os respectivos mercados e a melhorar sistematicamente os seus níveis de produtividade e competitividade.

Sendo este o panorama global que enquadra, do ponto de vista teórica, uma das possíveis perspectivas para analisar os movimentos migratórios, numa tentativa de compreendermos melhor os efeitos territoriais nas várias regiões portuguesas dos fluxos de imigrantes, propomo-nos, com este estudo, identificar e caracterizar, de acordo com as diferentes regiões de destino em Portugal, as características – o perfil, em termos de sexo, idade e país de origem - dos indivíduos que se deslocaram para o nosso País integrados num processo migratório. Para além disso, pretendemos verificar a existência de similitudes ao nível do perfil dos imigrantes em função dos respectivos países de origem. Para este estudo utilizaremos informação relativa a fluxos e stocks migratórios, para o século XXI, divulgados pelas entidades produtoras de dados oficiais (Instituto Nacional de Estatística e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras). Desta forma, tentaremos verificar empiricamente a tese do carácter selectivo das migrações que antes enunciámos. No decurso deste estudo procuraremos evidenciar, sempre que tal se revele pertinente, as características relativas a Cabo Verde e aos imigrantes cabo-verdianos em Portugal.

Este estudo, além desta primeira secção em que apresentamos os pressupostos teóricos para a abordagem que pretendemos realizar, estrutura-se da seguinte forma: na secção 2 apresentaremos a metodologia e os dados usados neste estudo e na secção seguinte os resultados obtidos. Terminaremos este estudo com algumas conclusões e eventuais recomendações de política.

2. Metodologia e Dados

A análise das migrações internacionais debate-se invariavelmente com a escassez e a fragilidade da informação estatística de base. No caso português, o INE e o SEF disponibilizam informação actualizada que permite retirar algum conhecimento relativamente aos stocks e aos fluxos, nomeadamente através da quantificação das solicitações de autorização de residência. Os dados utilizados referem-se aos anos de 2006 e 2007, últimas datas para as quais aquelas entidades disponibilizaram informação.

Apesar do estudo quantitativo das migrações assentar regularmente em métodos indirectos de avaliação, a análise destes dados contribui para uma estimativa dos comportamentos das entradas de estrangeiros em Portugal, com o objectivo de fixarem residência, e para uma percepção das suas preferências em termos regionais, nos anos mais recentes.

De forma muito sucinta, nesta primeira fase do trabalho, os stocks foram avaliados com referência ao ano de 2007, tendo por base a informação relativa à estimativa do total de cidadãos estrangeiros a residir ou permanecer de forma legal em Portugal.

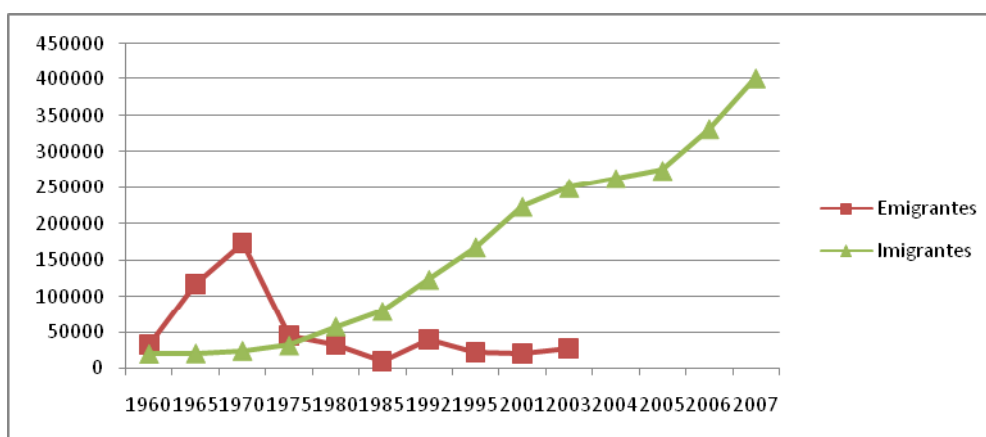
Os fluxos, por seu turno, foram estimados para o ano de 2006, tendo em conta precisamente as solicitações de autorização de residência, por sexo, grupo etário, naturalidade (país de nascimento) e região de residência (NUTS I, II e III). Neste caso também procedemos à análise cruzada das variáveis com o objectivo de distinguir algumas características dos imigrantes em função das regiões onde se instalaram bem como em relação ao país de onde são originários.

2.1. Estrangeiros residentes em Portugal e o seu contributo nas transformações demográficas recentes

A bibliografia no domínio específico do estudo dos movimentos migratórios classifica Portugal como sendo um país tradicionalmente de emigração. Desde o período da emigração intercontinental no final do século XIX e início do século XX – quando

saíram de Portugal em direcção ao Brasil e aos Estados Unidos mais de 1 milhão de portugueses -, passando pela fase continental dos anos 60 e 70 – com fortes contingentes migratórios, legais e ilegais, dirigidos para os países do centro da Europa (França e Alemanha), os quais se estima que tenham atingido mais de 1,5 milhões de portugueses – bem como pela emigração sazonal que passou a ser determinante a partir dos anos 80 ou os fluxos migratórios para as ex-colónias portuguesas durante o Estado Novo – fundamentalmente para Angola – (Ferrão, 1996), Portugal posicionou-se como país emissor de população. Enquanto isso, a presença de estrangeiros em Portugal, fundamentalmente até aos anos 60, é bastante insignificante. Contudo, a partir da segunda metade dos anos 70 e anos 80 do século XX, este cenário altera-se radicalmente (cf. gráfico 1).

Gráfico 1. Evolução do nº de emigrantes portugueses e dos imigrantes residentes em Portugal¹



Fontes: INE e Barreto, António (1996).

Entre os anos de 1974-75 e o início da década de 80 regressaram ao país mais de 1 milhão de portugueses que se encontravam nas ex-colónias portuguesas (devido ao processo de descolonização) bem como nos países do centro da Europa (devido à crise económica que se instala nestes países), os quais eventualmente não podem verdadeiramente ser classificados como imigrantes.

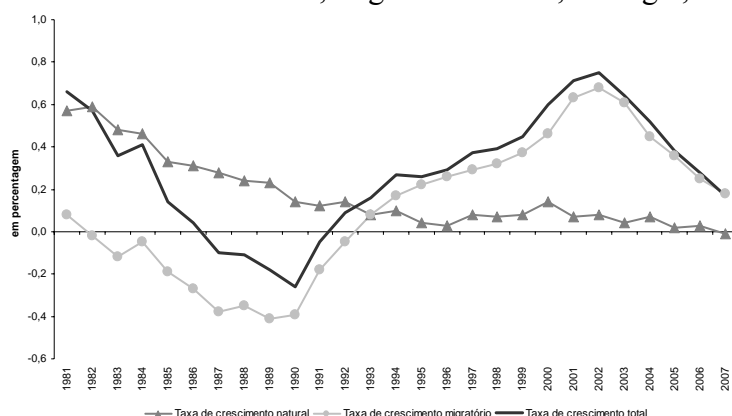
¹ Os dados relativos à emigração são valores totais, sexos reunidos; até 1988 o total é o conjunto da emigração legal e ilegal; depois de 1992 o total é o conjunto dos emigrantes permanentes e temporários. Os dados para os imigrantes referem-se à população estrangeira com residência legalizada (valores totais, sexos reunidos).

Este fenómeno de retorno pode ainda estar a prolongar-se nos anos mais recentes; admitimos, assim, que parte dos actuais fluxos migratórios possa ter implícita a imigração de retorno de portugueses, com características demográficas particulares - dado que nos anos 60 e início dos anos 70 do século passado se verificaram intensos movimentos de emigração, particularmente para a Europa, neste momento muitos destes indivíduos já se reformaram e poderão estar a regressar a Portugal, para onde muitos deles, ao longo da sua permanência no estrangeiro, sempre enviaram as respectivas poupanças -; ainda assim, o maior contributo poderá estar associado a entradas em território português de cidadãos de nacionalidade estrangeira.

Do ponto de vista dos movimentos migratórios, a vocação portuguesa altera-se a partir dos anos 80. Numa primeira fase, durante os anos 80, e ainda mantendo uma lógica de tipo ‘colonial’, são fundamentalmente indivíduos oriundos dos PALOP e do Brasil que se instalam em Portugal. A partir dos anos 90 e nos primeiros anos do século XXI, os imigrantes em Portugal aumentaram de forma bastante significativa e as suas origens geográficas diversificaram-se: para além dos fluxos provenientes de África e do Brasil, começaram a dirigir-se a Portugal indivíduos do leste da Europa e mesmo da China (Ferrão, 1996; Peixoto, no prelo). Estes fluxos poderão ser explicados pelo facto da posição portuguesa na União Europeia estar consolidada, e portanto ainda que Portugal seja um pequeno país periférico integra uma das zonas economicamente mais desenvolvidas, o seu grau de internacionalização é, consequentemente, mais intenso e o nível de crescimento económico e desenvolvimento melhorou significativamente após a instauração da democracia e a adesão à U.E.

Em Portugal, em particular desde 1981, a tendência da taxa do crescimento demográfico é claramente influenciada pela taxa de crescimento migratório (gráfico 2); este efeito torna-se mais evidente com o decréscimo da taxa de crescimento natural. Mais recentemente, desde o início da década de 90, que se estimam saldos migratórios positivos (INE, 2008), invertendo-se a tendência anterior de forte emigração, ainda que esta não tenha cessado.

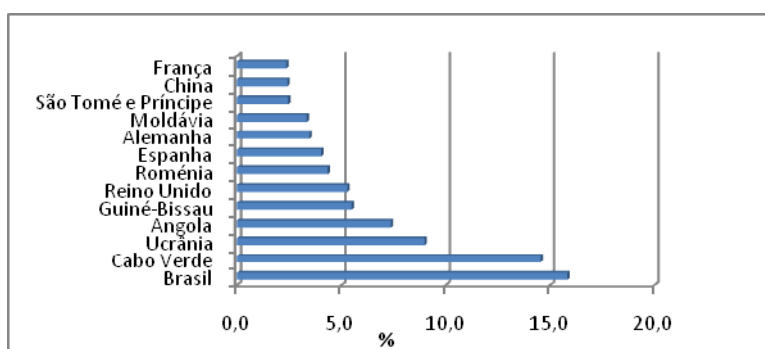
Gráfico 2. Taxas de crescimento natural, migratório e total, Portugal, 1981-2007



Fonte: INE

Considerando apenas a população estrangeira com estatuto legal de residente, esta aumentou de 54,4 milhares em 1980 para 401,6 milhares em 2007, quase duplicando apenas entre 2000 (207,6 milhares) e 2007 (401,6 milhares), reflectindo a importância crescente dos fluxos de imigração estrangeira para Portugal. Ao valor já referido e que inclui a parcela mais expressiva é ainda necessário adicionar a informação relativa a “Prorrogações de Autorizações de Permanência” (5,7 milhares), “Prorrogações de Vistos de Longa Duração” (28,4 milhares) e “Vistos de Longa Duração concedidos” (10,6 milhares).

Gráfico 3. População estrangeira com residência legal em Portugal, por nacionalidade (%) em 2007



Fonte: INE

O total de cidadãos estrangeiros a residir ou permanecer de forma legal em Portugal no ano de 2007 ascendia a 446 333 indivíduos, ou seja, representavam 4,2% do total da população residente em Portugal (10 617 575). O gráfico 3 mostra as nacionalidades com maior representatividade em Portugal, as quais no seu conjunto representam cerca

de 80% do total de imigrantes legais no nosso país. A partir desta informação, estima-se que as 5 nacionalidades estrangeiras com maior destaque eram em 2007, e por país, Brasil e Cabo Verde (ambos com 15%), Ucrânia (9%), Angola (7%) e Guiné-Bissau (5%). Apesar de assinalarmos a Ucrânia na lista dos 5 países com maior representatividade, importa referir que cerca de 47% destes cidadãos possuíam nacionalidade de um dos países de língua portuguesa: Brasil, Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe (2%) e Moçambique (1%). Outra nota a referir reporta-se ao facto de o Brasil assumir o primeiro lugar (ainda que com uma ligeira diferença relativamente a Cabo Verde), o que reflecte um crescimento contínuo de cidadãos estrangeiros oriundos daquele país.

Quanto à repartição por sexos e idades dos cidadãos estrangeiros com permanência regular em Portugal, (gráfico 4) estima-se que em cerca de 55% homens e 45% mulheres, com uma concentração mais acentuada em torno das idades activas, em que 50% estariam entre os 20 e os 39 anos de idade.

Gráfico 4. Pirâmide etária da população estrangeira com estatuto legal de residente, Portugal, 2007

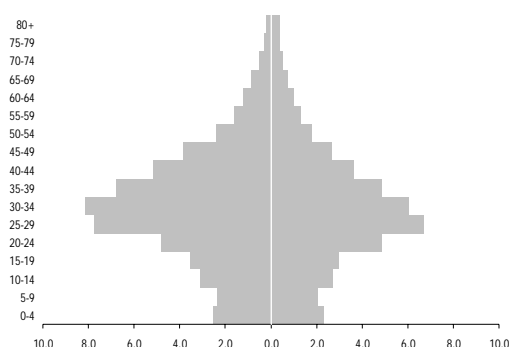
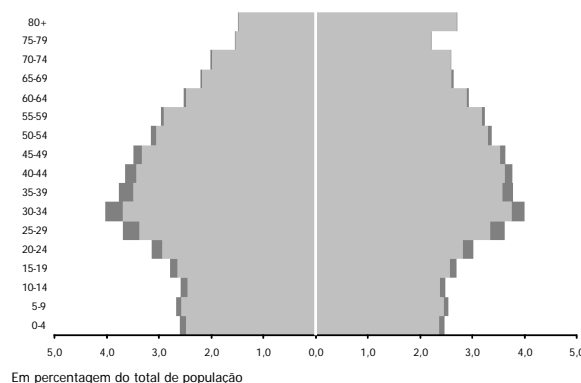


Gráfico 5. Pirâmide etária da população portuguesa em 2007



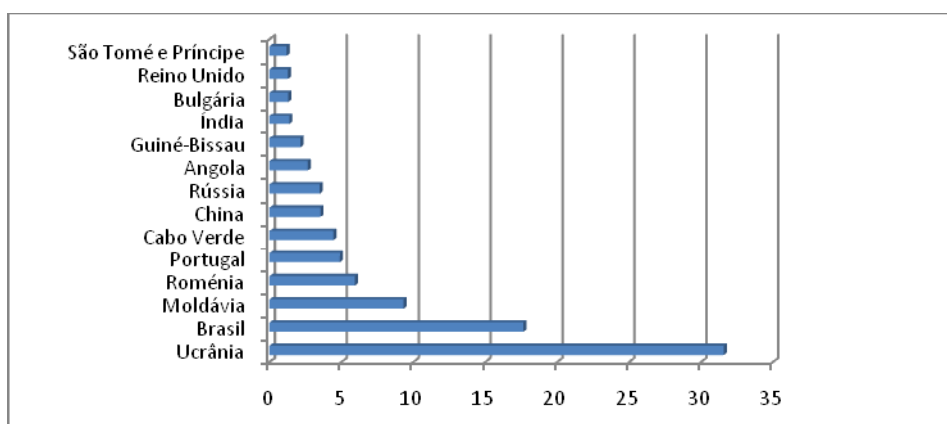
Fonte: INE, SEF e estimativas dos autores

Esta distribuição evidenciada na pirâmide etária da população estrangeira é significativamente diferente da pirâmide da população portuguesa (gráfico 5) o que, como habitualmente expresso na bibliografia de referência, está em linha com o facto da população migrante ser estruturalmente diferente, neste caso, da população de acolhimento, a qual regista sinais evidentes de envelhecimento.

3.2. Análise dos fluxos em 2006, por nacionalidade e sexo, segundo a região de residência

Como foi referido anteriormente os *fluxos* foram estimados com base nas solicitações de autorização de residência, referentes a 2006, segundo o sexo e o escalão etário, por país de nascimento (naturalidade), em função da região de residência. Estes dados permitem-nos caracterizar, de forma aproximada, as entradas de estrangeiros em Portugal e a sua “preferência” em termos de fixação de residência.

Gráfico 6. Solicitações de residência em Portugal, por nacionalidade, no ano de 2006 (%)



Fonte: INE

No que respeita à nacionalidade dos indivíduos que se dirigiram para Portugal, no ano 2006 (gráfico 6) verificamos que a estrutura destas origens geográficas segue, muito de perto, o padrão verificado no que respeita às origens dos cidadãos estrangeiros que residem em Portugal: para além dos cidadãos do leste da Europa (Ucrânia, Moldávia e Roménia, Rússia), vieram para Portugal cidadãos dos países de língua portuguesa (Brasil, Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe), mas também da China ou da Índia. A expressão relativamente significativa de estrangeiros cujo país de nascimento foi Portugal e que surge com algum significado no gráfico está associada à predominância de indivíduos no grupo etário do 0-4 anos, ou seja, nascimentos que ocorreram em Portugal de pais estrangeiros. De um modo geral, pudemos observar que para Portugal no seu conjunto terão entrado mais homens (59,1%) do que mulheres (40,9%). A quase totalidade dos estrangeiros (92,1%) que solicitou autorização de residência tinha idades abaixo dos 50 anos, como seria de esperar, apresentando uma maior concentração nas idades jovens activas, 25-29 (15,2%), 30-34 (17,3%) e 35-39

(14,3%). Todavia, cerca de 20% tinha idades inferiores a 20 anos; a mesma percentagem correspondia às idades 40-44 e 45-49 no seu conjunto. No que respeita à diferença entre os sexos, apenas no grupo de idades 20-24 anos, o número de mulheres foi superior ao número de homens (cf. gráfico 7 e quadro 1 em anexo).

Gráfico 7. Solicitações de residência, em função do sexo e por grupo etário, em 2006

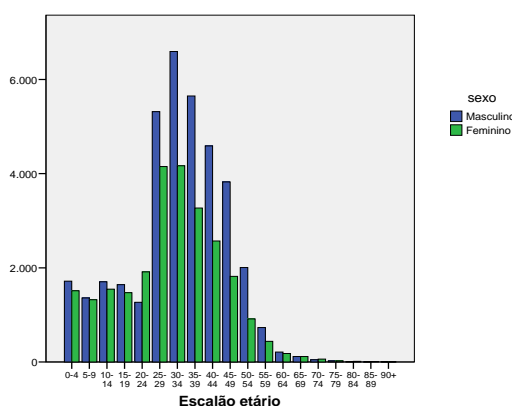
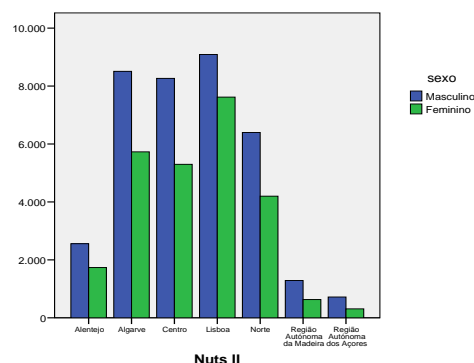


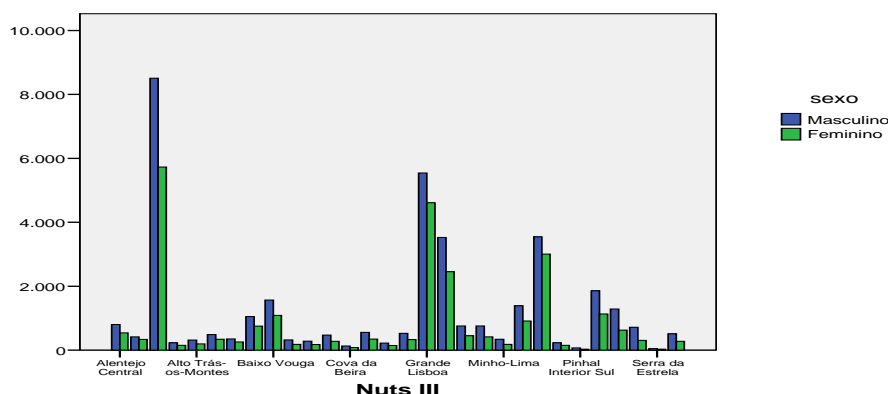
Gráfico 8. Solicitações de residência, em função do sexo e por região de residência (NUTS II), em 2006



Relativamente à sua distribuição em função das regiões de fixação de residência, foram as NUTS II de Lisboa (26,8%), do Algarve (22,8%), do Centro (21,8%) e do Norte (17,0%) que evidenciaram as percentagens de entradas mais elevadas, revelando uma distribuição dos imigrantes razoavelmente equilibrada em grande parte do território português (cf. gráfico 8 e quadro 2 em anexo). As restantes regiões, Alentejo (6,9%), as Regiões Autónomas da Madeira (3,1%) e dos Açores (1,6%), registaram valores bastante inferiores. Em todas as regiões, o número de entradas do sexo masculino foi superior ao do feminino. Ao desagregar a análise ao nível regional de NUTS III (cf. gráfico 8) pudemos confirmar que o Algarve (22,8%), a Grande Lisboa (16,3%) e a Península de Setúbal (10,5%) foram as destinatárias preferenciais dos estrangeiros que fixaram residência em Portugal em 2006. Estas regiões, no contexto do território português, são os territórios que têm registado dinâmicas económicas mais significativas, tendo conhecido desde os anos 90 movimentos de crescimento do produto muito relevantes. Se analisarmos o respectivo PIB *per capita* em paridade de poder de compra (média da EU27= 100) para o ano de 2006 (fonte: EUROSTAT) verificamos que os valores registados nestas regiões (NUTS II) são respectivamente 106,6 no caso de Lisboa (que integra Grande Lisboa e a Península de Setúbal) e 81,2 no caso do Algarve (a média do continente português é apenas de 76,0). Estes valores são particularmente significativos se nos recordarmos que no momento da adesão de Portugal à CEE, em 1986, todo o país estava classificado como região Objectivo 1, ou

seja, com um nível de PIB *per capita* abaixo dos 75% da média da comunidade. A evolução destas regiões em particular, melhorando a sua posição relativa no conjunto das regiões da U.E, também acentuou o nível de assimetrias de desenvolvimento registadas entre as várias regiões portuguesas.

Gráfico 9. Solicitações de residência, em função do sexo e por região de residência (NUTS III), em 2006



No entanto, as Regiões do Grande Porto (9,6%), Pinhal Litoral (4,8%), Baixo Vouga (4,3%) e do Oeste (3,7%) apresentaram uma dinâmica de atractividade que podemos considerar, à partida, moderada (cf. gráfico 9 e quadro 3 em anexo). Todas estas NUTS III, por seu turno, integram as NUTS II do Norte e do Centro, cuja posição relativa no conjunto das regiões europeias fica claramente abaixo do limite considerado para que uma região possa ser classificada como uma região sem problemas estruturais de desenvolvimento (na região Centro o PIB *per capita* em paridade de poder de compra é apenas de 64,7 e no Norte de 60,5).

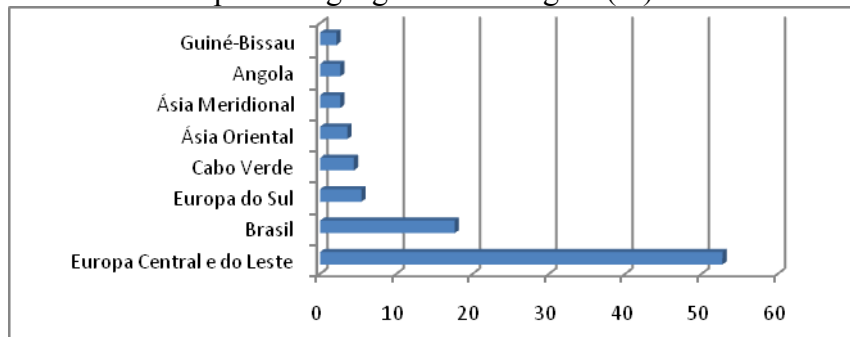
3. Discussão de alguns resultados

A agregação dos resultados, por grandes áreas geográficas de origem, dos indivíduos que pediram autorização de residência em Portugal reforça a importância dos imigrantes da Europa Central e de Leste bem como do Brasil, de Cabo Verde, da Ásia, e ainda da Europa do Sul (embora este resultado esteja muito condicionado pelos valores dos ‘imigrantes’ nascidos em Portugal). Dado que os imigrantes da Europa Central e de Leste, do Brasil e de Cabo Verde totalizam cerca de 75% do total de indivíduos que, em

2006, solicitaram autorização de residência em Portugal, tentaremos identificar um pouco melhor as semelhanças (ou diferenças) existentes entre eles.

Gráfico 10. Solicitações de residência em Portugal, no ano de 2006,

por área geográfica de origem (%)



Fonte: INE

Vejamos, em primeiro lugar, se entre os indivíduos das áreas geográficas anteriormente seleccionadas existem semelhanças relativamente às variáveis de caracterização disponíveis, ou seja, idade, sexo e região de acolhimento.

Gráfico 11. Imigrantes da Europa Central e de Leste por sexo e escalão etário

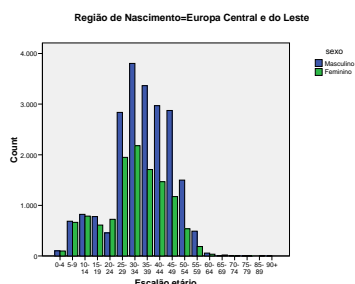


Gráfico 12. Imigrantes do Brasil por sexo e escalão etário

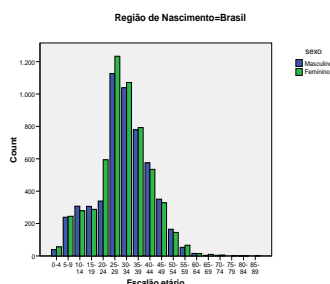
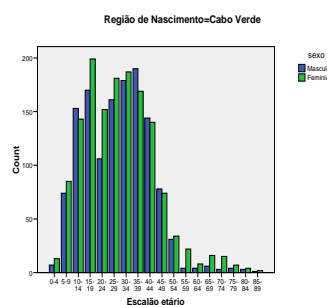


Gráfico 13. Imigrantes de Cabo Verde por sexo e escalão etário



A análise cruzada das variáveis 'região de proveniência' com a idade e o sexo dos indivíduos revela (cf. gráficos 11, 12 e 13) que existem diferenças significativas entre eles. Assim, verificamos que os imigrantes provenientes da Europa Central e de Leste são predominantemente homens e concentram-se nos grupos etários entre os 25 e os 49 anos. Ao contrário, entre os indivíduos provenientes do Brasil, existe maior equilíbrio entre homens e mulheres, sendo diversos os grupos etários onde predominam as mulheres (nomeadamente, entre os 20 e os 39 anos). Neste grupo verifica-se maior concentração nos grupos etários entre os 25 e os 44 anos. Os indivíduos provenientes de Cabo Verde registam uma distribuição globalmente mais equilibrada, em termos de sexo e grupos de idades e são mais jovens; neste caso, além de indivíduos em idade

activa são também muitas as crianças e jovens que se dirigem a Portugal. Este contraste tem implícito um conceito de imigração diferente dos anteriores: nos primeiros tratar-se-á, provavelmente, de deslocações isoladas por motivos exclusivamente profissionais e de rendimento, enquanto no caso dos cabo-verdianos devemos admitir a hipótese da imigração em família, procurando, eventualmente, além de melhores condições de vida e de trabalho, melhores condições de educação para as crianças e jovens. Além desta característica, ainda devemos assinalar que nos grupos etários entre os 15 e os 34 anos predominam as mulheres. Todas as diferenças encontradas são estatisticamente significativas.

Vejamos agora se as regiões de destino, em Portugal, são idênticas para as diversas origens geográficas dos imigrantes que procuram o nosso país.

Gráfico 14. Imigrantes da Europa Central e de Leste por NUTS II

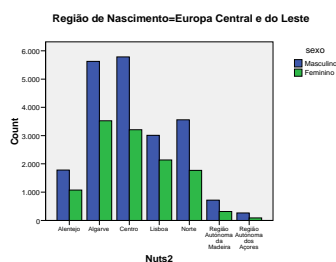


Gráfico 15. Imigrantes do Brasil por NUTS II

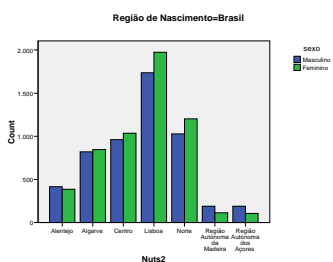
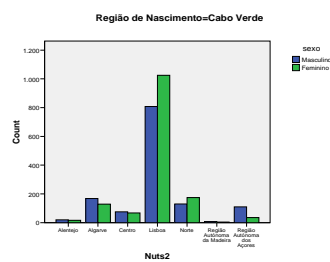


Gráfico 16. Imigrantes de Cabo Verde por NUTS II



Também a análise cruzada das variáveis NUTS II onde residem os imigrantes com a respectiva proveniência geográfica (cf. gráficos 14, 15 e 16), mostra que a existência de diferenças. Enquanto os cidadãos da Europa Central e de Leste se concentram predominantemente nas regiões do Algarve e do Centro, os cabo-verdianos preferem, de forma bastante intensa, a área metropolitana de Lisboa. Os indivíduos provenientes do Brasil, por seu turno, ainda que privilegiem a localização na região de Lisboa, distribuem-se de forma razoavelmente equilibrada entre o Norte, o Centro e o Algarve. Com excepção das Regiões Autónomas, no Continente português, o Alentejo, para qualquer dos grupos considerados, é sempre a região com menor atractividade. Naturalmente que a este facto não será alheia a baixa densidade económica e populacional que caracteriza esta região, criando, previsivelmente nestes cidadãos, a

imagem de uma zona pouco ‘interessante’. As diferenças agora assinaladas revelam-se significativas, em termos estatísticos ($\chi^2 = 0,000$)

A concluir esta análise iremos proceder ao cruzamento das variáveis NUTS II com as regiões de proveniência dos imigrantes bem como com os respectivos grupos etários (cf. quadro 4 em anexo). Esta síntese permite-nos confirmar as conclusões obtidas anteriormente, demonstrando que não existem diferenças, em termos de grupos etários predominantes, nas NUTS onde mais se concentram os imigrantes e a média nacional, independentemente da nacionalidade dos imigrantes.

4. Conclusões

O fenómeno das migrações, entendido como um dos desafios demográficos do século XXI, apresenta na actualidade um conjunto de características bem distintas das que conheceu nos dois séculos anteriores. Neste domínio, também a posição portuguesa é agora diversa do comportamento tradicional do país. Descrito na bibliografia de referência como um país de emigração, tendo contribuído ao longo dos séculos XIX e XX para os movimentos migratórios à escala inter-continental e continental, Portugal é hoje um país de imigrantes, onde os cidadãos estrangeiros com estatuto legal de residente já representam cerca de 4% da população residente no país. Seguramente que para esta alteração, visível de forma inequívoca a partir dos anos 80 do século XX, contribuiu a democratização do país bem como a integração na União Europeia, que têm vindo a permitir um maior nível de desenvolvimento e de internacionalização.

Este estudo preliminar relativo às características dos imigrantes que se deslocam para Portugal, e das respectivas diferenças em função das regiões onde se instalam, foi realizado, fundamentalmente, a partir dos dados para o ano de 2006 respeitantes às solicitações de residência no país bem como a partir da escassa informação disponível a partir do volume de indivíduos com autorização legal de residência no ano 2007. Esta informação permitiu-nos verificar, desde logo, que os cidadãos estrangeiros que estão mais representados na população portuguesa são oriundos da Europa Central e de Leste, bem como do Brasil e dos países africanos de língua portuguesa (PALP), destacando-se entre estes os cabo-verdianos, angolanos e guineenses. Também deve ser assinalado o facto de começar a ganhar expressão o fluxo proveniente do continente asiático,

particularmente da China e da Índia. De acordo com a bibliografia de referência, também constatámos que os imigrantes em Portugal são maioritariamente homens, significativamente mais jovens (concentram-se entre os 25 e os 49 anos) que a população residente e localizam-se preferencialmente nas regiões de Lisboa e do Algarve, onde o dinamismo económico e populacional tem sido mais intenso.

Em termos das diferenças registadas entre os indivíduos provenientes das diversas regiões emissoras de emigração para Portugal destacamos algumas características predominantes:

- Entre os indivíduos da Europa Central e de Leste predominam claramente os homens ao contrário do que se verifica em relação ao Brasil ou a Cabo Verde onde em diversos grupos etários são predominantes as mulheres,
- Os cabo-verdianos são os que emigram mais novos, o que nos pode levar a admitir a hipótese da imigração familiar,
- Os cidadãos da Europa Central e de Leste localizam-se preferencialmente nas regiões Norte e Centro enquanto os cabo-verdianos privilegiam a de Lisboa, tal como os brasileiros. Estes últimos são os que apresentam maior dispersão pelas diversas regiões portuguesas.

Como já afirmámos, este estudo constitui a primeira abordagem aos dados disponíveis que, como habitualmente, são escassos. Os resultados obtidos são, por isso, ainda preliminares e deverão vir a ser complementados com trabalhos futuros, designadamente:

- A análise comparativa, para as variáveis disponíveis, das características dos imigrantes com as da população das regiões de acolhimento,
- A análise comparativa, para as variáveis disponíveis, das características dos países de origem dos imigrantes,
- Associando os dados relativos aos imigrantes, em função das regiões de residência, com as características económicas e sociais desses territórios, ensaiaremos a criação de clusters que nos permitam agrupar, a partir das respectivas similitudes, os imigrantes e as respectivas regiões de residência. O mesmo tipo de análise, mas para as regiões de origem, também poderá vir a ser ensaiado, desde que se verifique disponibilidade de dados estatísticos para tal.

A verificação das características dos cidadãos que procuram o nosso país para viver e trabalhar é bastante limitada devido à escassez de informação disponibilizada pelos organismos oficiais. Para o conhecimento dos estrangeiros que se encontram em Portugal bem como do seu contributo – efectivo ou potencial – para o desenvolvimento económico e social em Portugal, seria muito importante se pudessemos ter informação sobre qual o respectivo nível de habilitações literárias e de formação bem como as actividades profissionais desempenhadas, entre outros.

5. Bibliografia

Barreto, António (org.) (1996), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

Coleman, D. (2004). “Facing the 21st Century. New developments, continuing problems”. Keynote presented at European Population Forum 2004, Gaye Erbatur MP, Turkey, 12-14 January 2004

Ferrão, João (1996), “Três décadas de consolidação do Portugal demográfico ‘moderno’”, in António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, pp: 165-190.

INE (2008). *Estatísticas Demográficas, 2007*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

Le Bras, Hervé (2000), « Quel futur pour la population et les migrations au XXI^e siècle ? » in *Les clés du XXI^e siècle*, Seuil, Éditions UNESCO, pp : 67-70.

Matos, Cristina (1993), *Migrações: decisões individuais e estruturas sociais*, SOCIUS Working Papers nº 5, Lisboa, ISEG;

Peixoto, J. (no prelo). “A *demografia da população imigrante em Portugal*”, forthcoming in M. F. Lages e A. Teodoro Matos (coord.), Portugal: Percursos de Interculturalidade (vol. II).

Peixoto, J. (2004), “ *As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro sociológicas*”, SOCIUS Working papers, nº 11, Lisboa, ISEG

Polèse, Mário (1998), *Economia Regional e Urbana, Lógica espacial das transformações económicas*, Coleção APDR, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Coimbra, Portugal

Sobotka, T. (2008). “The rising importance of migrants for childbearing in Europe”. Vol.19, Art. 9, pp. 225-248 (<http://www.demographic-research.org/volumes/vol19/9/>)



6. Anexos

Quadro 1. Solicitações de residência, em função do sexo e por grupo etário, em 2006

	HM	%	H	%	M	%
0-4	3231	5,2	1717	4,7	1514	5,9
5-9	2681	4,3	1359	3,7	1322	5,2
10-14	3251	5,2	1703	4,6	1548	6,1
15-19	3114	5,0	1643	4,5	1471	5,8
20-24	3184	5,1	1270	3,4	1914	7,5
25-29	9468	15,2	5317	14,4	4151	16,3
30-34	10763	17,3	6595	17,9	4168	16,3
35-39	8920	14,3	5649	15,3	3271	12,8
40-44	7161	11,5	4590	12,5	2571	10,1
45-49	5644	9,1	3823	10,4	1821	7,1
50-54	2921	4,7	2007	5,5	914	3,6
55-59	1171	1,9	732	2,0	439	1,7
60-64	392	0,6	213	0,6	179	0,7
65-69	233	0,4	116	0,3	117	0,5
70+	198	0,3	86	0,2	112	0,4
Total	62332	100,0	36820	100,0	25512	100,0

Fonte: INE/SEF

Quadro 2. Solicitações de residência, em função do sexo e por região de residência (NUTS II), em 2006

NUTS II	HM	%	H	%	M	%
Alentejo	4292	6,9	2557	6,9	1735	6,8
Algarve	14238	22,8	8507	23,1	5731	22,5
Centro	13561	21,8	8265	22,4	5296	20,8
Lisboa	16709	26,8	9088	24,7	7621	29,9
Norte	10597	17,0	6400	17,4	4197	16,5
R. A. Madeira	1913	3,1	1288	3,5	625	2,4
R. A. Açores	1022	1,6	715	1,9	307	1,2
Total	62332	100,0	36820	100,0	25512	100,0

Fonte: INE/SEF



Quadro 3. Solicitações de residência, em função do sexo e por região de residência (NUTS III), em 2006

NUTS III	HM	%	H	%	M	%
Alentejo Central	1341	2,2	801	2,2	540	2,1
Alentejo Litoral	752	1,2	415	1,1	337	1,3
Algarve	14238	22,8	8507	23,1	5731	22,5
Alto Alentejo	384	0,6	232	0,6	152	0,6
Alto Trás-os-Montes	511	0,8	316	0,9	195	0,8
Ave	827	1,3	486	1,3	341	1,3
Baixo Alentejo	607	1,0	351	1,0	256	1,0
Baixo Mondego	1804	2,9	1054	2,9	750	2,9
Baixo Vouga	2653	4,3	1566	4,3	1087	4,3
Beira Interior Norte	500	0,8	322	0,9	178	0,7
Beira Interior Sul	456	0,7	281	0,8	175	0,7
Cávado	745	1,2	468	1,3	277	1,1
Cova da Beira	210	0,3	131	0,4	79	0,3
Dão-Lafões	906	1,5	558	1,5	348	1,4
Douro	365	0,6	221	0,6	144	0,6
Entre Douro e Vouga	859	1,4	527	1,4	332	1,3
Grande Lisboa	10157	16,3	5543	15,1	4614	18,1
Grande Porto	5981	9,6	3527	9,6	2454	9,6
Lezíria do Tejo	1208	1,9	758	2,1	450	1,8
Médio Tejo	1171	1,9	756	2,1	415	1,6
Minho-Lima	521	0,8	342	0,9	179	0,7
Oeste	2300	3,7	1387	3,8	913	3,6
Península de Setúbal	6552	10,5	3545	9,6	3007	11,8
Pinhal Interior Norte	381	0,6	231	0,6	150	0,6
Pinhal Interior Sul	104	0,2	71	0,2	33	0,1
Pinhal Litoral	2995	4,8	1860	5,1	1135	4,4
Serra da Estrela	81	0,1	48	0,1	33	0,1
Tâmega	788	1,3	513	1,4	275	1,1
R. A. Madeira	1913	3,1	1288	3,5	625	2,4
R. A. Açores	1022	1,6	715	1,9	307	1,2
Total	62332	100,0	36820	100,0	25512	100,0



Quadro 4. Análise cruzada das variáveis Regiões de origem, Regiões de destino e escalão etário, para os cidadãos que solicitaram autorizações de residência em 2006

Região de Nascimento		Escalão etário																					
		0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	80-84	85-89	90+	Total	%	
Europa Central e do Leste	Alentejo	16	126	146	108	115	380	471	427	380	377	219	78	12	0	0	0	0	0	0	2855	8,7	
	Algarve	79	393	457	442	341	1259	1579	1450	1236	1145	539	189	28	9	2	1	1	0	9150	27,8		
	Centro	53	372	428	353	268	1305	1727	1396	1245	1110	523	184	23	7	0	1	0	0	8995	27,4		
	Lisboa	13	221	311	287	237	750	936	783	656	559	287	98	10	3	1	0	0	1	5153	15,7		
	Norte	28	196	219	157	169	857	1016	791	719	673	381	105	12	3	4	0	0	0	5330	16,2		
	Região Aut. do Alentejo	8	31	34	28	42	178	196	179	135	126	59	17	3	0	0	0	0	0	1036	3,2		
	Região Aut. do Algarve	0	9	15	11	8	54	55	47	64	55	25	4	4	2	0	0	0	0	353	1,1		
	Total	197	1348	1610	1386	1180	4783	5980	5073	4435	4045	2033	675	92	24	7	2	2	1	1	32872	100	
(%)	0,6	4,1	4,9	4,2	3,6	14,6	18,2	15,4	13,5	12,3	6,2	2,1	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0			
Cabo Verde	Alentejo	1	0	4	6	3	5	3	4	2	3	2	0	0	1	1	1	0	0	0	36	1,3	
	Algarve	7	25	38	21	16	40	49	32	37	14	8	2	1	2	4	1	0	0	297	10,7		
	Centro	3	8	9	13	14	28	16	21	14	9	2	2	2	0	1	0	0	0	142	5,1		
	Lisboa	6	115	224	268	90	206	252	259	187	111	45	18	9	17	10	7	7	2	1833	66,2		
	Norte	1	7	11	54	126	38	22	18	12	3	3	4	0	2	2	2	0	0	305	11,0		
	Região Aut. do Alentejo	0	1	0	0	0	3	1	2	2	1	0	0	0	0	0	0	0	1	11	0,4		
	Região Aut. do Algarve	2	3	10	7	9	22	23	23	30	11	5	0	0	0	0	0	0	0	145	5,2		
	Total	20	159	296	369	258	342	366	359	284	152	65	26	12	22	18	11	7	3	2769	100,0		
(%)	0,7	5,74	10,69	13,33	9,317	12,351	13,218	12,965	10,256	5,4893	2,347	0,939	0,433	0,795	0,65	0,397	0,253	0,108	0				
Brasil	Alentejo	6	43	46	40	63	161	151	134	78	51	18	10	2	0	0	0	0	0	803	7,3		
	Algarve	17	96	96	99	125	320	298	229	179	105	68	28	4	2	1	0	0	1	1668	15,2		
	Centro	21	100	132	112	167	435	359	269	209	114	50	17	5	1	4	1	0	0	1996	18,1		
	Lisboa	18	145	163	208	297	805	742	556	382	233	99	45	8	4	2	1	1	1	3710	33,7		
	Norte	26	69	103	110	229	529	452	302	194	135	52	13	8	5	3	0	1	0	2231	20,3		
	R.A. Madeira	5	14	27	9	26	58	58	44	27	22	7	2	4	0	0	0	0	0	303	2,8		
	R. A. Açores	1	17	19	15	26	51	49	37	40	19	16	4	0	2	0	0	0	0	296	2,7		
	Total	94	484	586	593	933	2359	2109	1571	1109	679	310	119	31	14	10	2	2	2	11007	100,0		
(%)	0,9	4,4	5,3	5,4	8,5	21,4	19,2	14,3	10,1	6,2	2,8	1,1	0,3	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0				